



Estratégia
Concursos

3° SIMULADO

TRIBUNAIS

ANALISTA JURÍDICO (AJAJ)



Simulado Especial

3º Simulado Tribunais – Analista Jurídico

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em concursos de Tribunais para Analista Jurídico;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-12-09-20>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

61 – A B C D E
62 – A B C D E
63 – A B C D E
64 – A B C D E
65 – A B C D E
66 – A B C D E
67 – A B C D E
68 – A B C D E
69 – A B C D E
70 – A B C D E

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

TEXTO I

Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações não menos que na dos indivíduos, os primeiros momentos de uma trajetória imprimem ao que está nascendo traços de teimosa permanência. O “complexo de vira-latas” — a imagem depreciativa que nós, brasileiros, fazemos de nós mesmos e o nosso renitente narcisismo às avessas — é coetâneo do nascimento do Brasil. Os primeiros filhos de portugueses nascidos na Terra de Santa Cruz, quase todos frutos de relações fortuitas entre conquistadores e índias nativas ou escravas africanas importadas em maior número a partir de meados do século XVI, sentiam vergonha de ser quem eram.

Quem eram esses primeiros rebentos do caldeirão étnico brasileiro, filhos de ocupantes e ocupadas? A rigor, eles não se chamavam “brasileiros” ainda. Até por volta do final do século XVII e mesmo início do XVIII, o termo “brasileiro” não era empregado no sentido hoje corrente, ou seja, como expressão e afirmação de uma nacionalidade, mas tinha significados bem diversos. Os “brasileiros” eram aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil em nossas matas e, por extensão, era como se apelidavam os portugueses que, depois de “fazer a América” e amealhar fortuna, retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio. Os filhos de portugueses nascidos do lado de cá do Atlântico — todos, quase por definição, mestiços — eram chamados “mazombos”.

A língua fala. Já a etimologia de “mazombo”, termo oriundo do quimbundo angolano, diz muito: “grosseiro, atrasado, bruto, iletrado”. Sentindo-se um exilado em sua própria terra, olhos sonhadores voltados para o imaginado esplendor da vida na metrópole, o mazombo litorâneo tem como uma de suas principais ambições de vida justamente deixar de sê-lo: tornar-se um cidadão de primeira, um português de quatro costados, de modo a afastar de si a pecha de mazombo — idealmente, por meio de uma temporada de estudos em Coimbra (privilégio de poucos) coroada por uma carreira no clero, magistratura ou burocracia estatal lusa (se a condição de origem, é claro, e a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem).

O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. Alheio a qualquer propósito coletivo e afeito aos acasos do ganho fácil e rápido e da aventura erótica — “desmandos da cobiça e da luxúria” —, o

universo mazombo foi resumido pelo poeta baiano Gregório de Matos como: “furto e sexo”.

No devido tempo, é claro, muita coisa mudou. Os mazombos deixaram de sê-lo, pelo menos em nome, para se fazerem brasileiros ao lado de índios, negros e cafuzos natos. Portugal perdeu o posto de meca dos exilados em sua própria terra, não obstante o déficit de pertencimento não nos abandonou — longe disso.

(Adaptado de Eduardo Giannetti, O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13)

01. No primeiro parágrafo, o autor sugere que

- a) uma autoimagem subestimada dos brasileiros remonta ao tempo da colonização portuguesa
- b) os colonizadores estereotiparam o brasileiro de forma irreversível e deliberada
- c) de tanto os portugueses pensarem mal do brasileiro, a autoestima se consolidou
- d) cada mestiço fruto de relações fortuitas entre conquistadores e índias sentia vergonha de ser quem era.
- e) os escravos e índios formaram uma população mestiça de linhagem inferior

02. Depreende-se do texto que

- a) o “complexo de vira-latas” deixou de existir quando “mazombos” viraram “brasileiros”
- b) “brasileiros”, na acepção original trazida pelo autor, poderia referir-se também a portugueses
- c) muitos “mazombos” podiam deixar de sê-lo por meio de estudos em Coimbra, ou de uma carreira estatal
- d) a denominação “mazombo” designa um estigma nem sempre negativo para os portugueses
- e) os comerciantes ricos que exploravam pau-brasil não sofriam de uma imagem negativa

03. No contexto em que foi empregado, o vocábulo “amiúde” significa

- a) humildemente
- b) repetidamente
- c) maliciosamente
- d) abertamente
- e) intensamente

04. Ao apresentar a etimologia da palavra “mazombo”, o autor

- a) reforça o foco metalinguístico de suas conclusões
- b) relaciona a carga semântica do termo a arquétipo desdenhado
- c) atribui ao idioma angolano o “complexo de vira-latas” do brasileiro
- d) valida os preconceitos existentes contra os “mazombos”
- e) suaviza a depreciação existente no vocabulário

05. ... a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro... (4º parágrafo)

Os termos sublinhados seriam corretamente substituídos, respectivamente, por

- a) onde e aonde
- b) que e onde
- c) onde e em que
- d) em cuja e em que
- e) na qual e aonde

06. a nódoa de plebeu sem pedigree não o impedissem (3º parágrafo)

Os mazombos deixaram de sê-lo (5º parágrafo)

As formas pronominais acima referem-se, respectivamente, a:

- a) mazombo / carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa
- b) mazombo / tornar-se um cidadão de primeira
- c) tornar-se um cidadão de primeira / mazombo
- d) carreiras no clero, na magistratura ou na burocracia estatal lusa / mazombo
- e) burocracia estatal lusa / litorâneo

07. Está clara, correta e coerente a redação do livre comentário que se encontra em:

- a) Ainda que pudéssemos voltar ao passado, não faremos nada diferente dos primeiros brasileiros.

b) A maioria da população, muito provavelmente, não estão conscientes do próprio complexo.

c) A despeito de virem ao Brasil para explorar, os portugueses deixaram alguma contribuição.

d) Quem acredita ser inferior a países desenvolvidos e colonizadores não conhecem muito da história.

e) Alguns brasileiros acham fantástico, nas rodas de amigos, a repetição de velhas críticas contra o país.

08. O traço distintivo do mazombo é a ausência do senso de pertencimento: a profunda desconexão entre sua experiência de vida, de um lado, e a terra em que vive e na qual veio ao mundo, de outro. (4º parágrafo)

No segmento acima, o sinal de dois-pontos indica

- a) uma citação
- b) um complemento
- c) uma síntese
- d) um resumo
- e) uma explicação

09. Atente para as seguintes frases:

I. O mazombo sente-se profundamente desconexo da terra em vive

II. O mazombo está alheio a qualquer propósito coletivo

III. O mazombo dedica-se eminentemente aos interesses individuais

Essas três frases integram-se com correção e coerência num único período em:

a) O mazombo se dedica principalmente aos próprios interesses. Isso porque se sente profundamente desconexo da terra em vive e está alheio a qualquer propósito coletivo

b) Já que sente-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, ao mazombo resta dedicar-se principalmente aos próprios interesses.

c) Embora sinta-se profundamente desconexo da terra e alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo dedica-se exclusivamente aos prazeres individuais.

- d) Por sentir-se profundamente desconexo da terra em vive e estar alheio a qualquer propósito coletivo, o mazombo acaba por se dedicar principalmente aos próprios interesses.
- e) Em virtude de dedicar-se eminentemente aos interesses individuais, o mazombo sente-se profundamente desconexo da terra aonde vive.

10. Considere os segmentos e avalie as assertivas:

o nosso renitente narcisismo às avessas (1º parágrafo) aqueles que se dedicavam à exploração comercial do pau-brasil (2º parágrafo)

retornavam à terra natal a fim de desfrutar o espólio (2º parágrafo)

I- Em “às avessas” e “à exploração”, o acento grave indicativo de crase se justifica pelo mesmo motivo.

II- Em “à exploração”, ocorre fusão de preposição com artigo feminino diante de “exploração”

III- Em “à terra natal”, o acento grave é facultativo.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II e III
b) I e II.
c) II.
d) I
e) I e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

11. Julgue os itens a seguir acerca dos atos administrativos e marque alternativa correta.

- a) O ato administrativo discricionário pode ser objeto de anulação por parte do Poder Judiciário ou pela própria Administração.
- b) Mesmo o ato administrativo vinculado poderá ser revogado por motivo de oportunidade e conveniência.
- c) Tendo em vista que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, o Poder Judiciário, no exercício de sua atividade jurisdicional, tem competência para revogar ato administrativo, quando este estiver eivado com vício de legalidade.

- d) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- e) Sendo um ato administrativo inconveniente, o Poder Judiciário poderá anulá-lo.

12. No que se refere ao controle da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) o habeas data é cabível ainda que não tenha havido recusa de informações por parte da autoridade administrativa, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- b) tem-se como controle interno todo aquele realizado pela entidade ou órgão responsável pela atividade controlada, no âmbito da própria Administração.
- c) nas ações específicas de controle da Administração Pública não incidem prerrogativas ordinariamente conferidas a esta nas ações comuns, tais como juízo privativo e duplo grau de jurisdição.
- d) em situações excepcionais, o Poder Judiciário poderá apreciar o mérito do ato editado no âmbito da conveniência e oportunidade da Administração pública.
- e) o controle hierárquico é o que se realiza por um Poder ou órgão constitucional independente sobre a atividade administrativa de outro Poder estranho à Administração.

13. Analise os itens a seguir sobre a responsabilidade civil do Estado e assinale a afirmativa correta.

- a) O ato legislativo formal, já declarado constitucional pelo STF, poderá gerar a responsabilidade civil do estado.
- b) Na responsabilidade civil do Estado não há excludentes de responsabilização.
- c) Segundo a legislação, os Tabeliães de Protestos de Títulos não respondem civilmente por danos causados a terceiros, sendo que eventual indenização deve ser suportada pelo Estado.
- d) O Supremo Tribunal Federal pacificou entendimento no sentido de reconhecer a responsabilidade subsidiária e subjetiva do Estado pelos danos causados pelos notários e registradores.
- e) A responsabilidade civil do Estado poderá ser primária ou subsidiária.

14. Em relação aos traços característicos dos serviços públicos, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Uma vez revestidos de interesse coletivo, os serviços públicos referidos pela Constituição Federal somente podem ser explorados de forma direta pelo Poder Público, vedada a delegação a particulares.
- b) Os serviços públicos uti universi têm caráter geral e constituem atividade típica do Poder Público, apresentando-se como essenciais para a coletividade, devendo ser remunerados pelos seus usuários individuais beneficiados através da instituição de taxa.
- c) O particular poderá prestar serviço público por meio de concessão ou permissão, desde que precedido de licitação.
- d) Permissão de serviço público é a delegação, a título precário, independentemente de licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- e) Poderes concedentes são: a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e suas autarquias em cuja competência se encontre o serviço público objeto de concessão ou permissão.

15. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Cometerá ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito o administrador que celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- b) O agente público que aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições, durante a atividade, cometerá ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

c) Essa lei somente se aplica aos servidores públicos que pratiquem ato lesivo ao erário da Administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União.

d) O descumprimento das normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração pública com entidades privadas constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração pública.

e) Uma vez confirmada a condenação por meio de sentença proferida pelo Tribunal de Justiça, ocorrerá a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos.

16. Sobre os princípios que regem a atuação da Administração Pública, bem como o regime jurídico administrativo, é correto afirmar que:

- a) O princípio da publicidade não se aplica às entidades submetidas ao regime jurídico de direito privado que atuam em regime de competição no mercado.
- b) O princípio da eficiência aplica-se a todas as entidades integrantes da Administração direta e indireta.
- c) A alteração de quaisquer cláusulas dos contratos administrativos, de forma unilateral, é uma das prerrogativas conferidas à Administração Pública.
- d) A Administração Pública somente pode ter os seus atos ilegais anulados por decisão do Poder Judiciário.
- e) A Administração Pública depende de decisão judicial para efetivar a ocupação temporária de imóvel alheio.

17. Acerca dos poderes atribuídos à Administração Pública, é correto afirmar:

- a) Os entes que integram a Administração indireta também podem exercer poder normativo
- b) O poder normativo tem iniciativa restrita à Administração direta, porque indelegável, seja no seu espectro originário, seja na sua função regulamentar.
- c) O poder de polícia não pode condicionar o exercício de um direito individual.
- d) A atividade do poder de polícia se efetiva por meio de atos concretos, mas não por atos normativos de conteúdo genérico.
- e) O poder disciplinar possui vínculo intrínseco com a Administração Direta, mas seus efeitos também se estendem à Administração indireta, para aqueles entes dotados de personalidade jurídica de direito público, tais como autarquias, empresas públicas e fundações.

18. Assinale a alternativa correta, no que se refere à Administração direta e indireta.

- a) As agências reguladoras devem exercer funções atinentes a um setor específico indicado por ocasião de sua instituição, para o qual devem apresentar especialização técnica.
- b) As empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público e integram a administração pública direta.
- c) As agências executivas, com fundamento no princípio da especialidade, podem editar normas primárias para disciplinar determinado setor de mercado.
- d) As fundações não possuem personalidade jurídica e integram a administração pública direta.
- e) As agências executivas são dotadas de discricionariedade técnica e poder normativo referente a um determinado setor de mercado constante de contrato de gestão firmado com a Administração pública.

19. De acordo com a legislação em vigor e com os entendimentos jurisprudenciais sobre as licitações públicas, é correto afirmar:

- a) A Administração Pública poderá ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.
- b) As obras, serviços, compras e alienações realizados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário não são atingidos pela exigência de licitação.
- c) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, ainda que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- d) A modalidade de licitação entre interessados previamente cadastrados, convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, é denominada convite.
- e) É obrigatória a licitação para a contratação de serviços de publicidade.

20. É considerada uma cláusula exorbitante do contrato administrativo

- a) o regime de execução.
- b) a forma de fornecimento.
- c) a exigência de garantia.
- d) a aplicação de sanções pela inexecução parcial.
- e) o objeto e seus elementos característicos.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Ricardo Vale**

21. Suponha que um grupo de amigas tenha solicitado, à autoridade administrativa local, a reserva de um local público para ali se estabelecerem permanentemente, objetivando a realização de encontros frequentes e destinados a debates e protestos em favor de direitos das mulheres. Conforme o que preleciona a doutrina e a atual Constituição, é correto dizer que:

- a) Restará descaracterizado o exercício do direito de reunião, o qual pressupõe o agrupamento temporário de pessoas.
- b) É irrelevante o caráter de permanência ou não das reuniões pretendidas, que, assim como as associações, independem de autorização por parte do Poder Público para que possam se estabelecer.
- c) Trata-se de direito coletivo que, cumprida a exigência de pluralidade de participantes, não pode sofrer quaisquer restrições por parte da Administração.
- d) A autorização apenas é exigida no que diz respeito ao local escolhido para a reunião, mas não em relação ao momento em que se pretenda realizá-la.
- e) Obtida a devida autorização por parte da Administração pública, cada uma das participantes da reunião estará legitimada a atuar em defesa das demais, em âmbito judicial.

22. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro enviou proposta de lei à Assembleia Legislativa, contendo previsão de férias coletivas de 15 dias para os servidores do órgão, além da permissão genérica para que os juízes substitutos venham a residir em Comarca distinta daquela em que exerçam suas funções. De acordo com o que estabelece a Constituição, a referida lei, se aprovada:

- a) Será válida, uma vez que a lei de organização judiciária é de iniciativa de cada Tribunal de Justiça, o qual poderá dispor acerca do funcionamento de seus órgãos.
- b) Será constitucional no ponto em que estabelece a possibilidade de residir em Comarcas diferentes, para os juízes substitutos, uma vez que estes são constantemente deslocados para outros pontos do território para substituir juízes titulares.

c) Padecerá de vício de iniciativa, já que a lei tratando dos temas mencionados deve ser proposta pelo governador do Estado.

d) Será inconstitucional tanto no que diz respeito às férias coletivas, que deverão ser de, no mínimo, 30 dias, quanto em relação à permissão para residir em Comarcas distintas, que fere o princípio da inamovibilidade.

e) Será inconstitucional, já que são vedadas férias coletivas no órgão, e os juízes, ainda que substitutos, salvo autorização do Tribunal, deverão residir na respectiva Comarca.

23. A Constituição Federal traz diversas regras relacionadas aos órgãos incumbidos da função fiscalizatória no Estado brasileiro. Assinale a alternativa que contém uma afirmação verdadeira a esse respeito:

- a) A Constituição proíbe que sejam criados novos Tribunais de Contas Municipais e que, ao longo do período estabelecido em Lei Complementar Federal, os atualmente existentes deverão ser extintos.
- b) Os Tribunais de Contas estaduais são compostos de nove Conselheiros, já que deve ser observado, por simetria, o modelo estabelecido para o TCU.
- c) Os Ministros do TCU terão as mesmas garantias dos Ministros do STJ, enquanto que os Conselheiros de Contas Estaduais possuirão as mesmas vantagens dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.
- d) Os Estados não poderão criar órgãos com competência específica para a verificação das contas municipais, devendo essa tarefa ser desempenhada pelo próprio Tribunal de Contas do Estado.
- e) Cabe às Cortes de Contas a verificação e o julgamento das contas de todos os administradores públicos, de qualquer Poder.

24. Considere que o Presidente da República tenha decretado estado de defesa, em virtude da ocorrência de calamidade de grandes proporções em vários pontos do território nacional. Em seguida, por meio de iniciativa popular, foi proposta Emenda à Constituição, visando extinguir a obrigatoriedade do voto em nosso país. De acordo com a Constituição Federal, seria correto dizer que:

- a) Somente haveria impedimento à alteração do texto constitucional caso tivesse sido decretado o estado de sítio, medida mais gravosa do que o estado de defesa.
- b) O impedimento à alteração do texto constitucional durante do estado de defesa corresponde a limitação temporal ao poder de reforma, mas não há qualquer vedação material à extinção do voto obrigatório.
- c) A CF/88 não poderá ser emendada durante a vigência da medida de exceção mencionada, tampouco por meio de iniciativa popular, em qualquer situação.
- d) A proposta deverá ser rejeitada, por ferir limitação circunstancial ao poder reformador, somente podendo ser reapresentada, em momento futuro, mediante aprovação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- e) A proposta fere limitação material implícita ao poder de reforma, ao sugerir a extinção do voto obrigatório e, consequentemente, desrespeitar os princípios democrático e republicano.

25. Olino e Zinário discutiam a respeito das características do Ministério Público. Olino, ao mencionar que cada Ministério Público possui chefia própria, já que a instituição se apresenta fracionada organicamente, de forma a atender à estrutura federativa estabelecida pela Constituição, foi prontamente repreendido por Zinário. Este, por sua vez, apontou que o Ministério Público se submete a uma única chefia, qual seja, a do Procurador-Geral da República. Pode-se concluir, a partir da análise dos dispositivos constitucionais pertinentes, que:

- a) Olino e Zinário divergiram no que diz respeito ao princípio da indivisibilidade, embora prevaleça o entendimento de que a instituição é uma só e, portanto, submete-se ao comando de uma chefia suprema.

- b) Olino descreveu, de forma precisa, o princípio da independência funcional, já que, embora os ramos do Ministério Público estejam submetidos administrativamente ao Procurador-Geral da República, não há hierarquia no tocante à atuação funcional de seus membros.

- c) Zinário acertadamente descreveu o princípio da unidade, que, no entanto, não impede a subdivisão, ainda que meramente administrativa, na estrutura da instituição.

- d) Zinário acertadamente descreveu o princípio da indivisibilidade, já que, embora os membros do MP detenham plena liberdade de atuação, os atos por eles proferidos são atribuídos à instituição como um todo.

- e) Olino descreveu, de forma coerente, a aplicação do princípio da unidade, o qual subsiste no âmbito de cada Ministério Público, não havendo que se falar em hierarquia ou submissão entre eles.

26. Assinale a opção que apresenta apenas bens pertencentes ao Estados-Membros:

- a) As terras ocupadas pelos índios, exceto aquelas sob domínio da União ou de Municípios.
- b) As terras devolutas e também as ilhas fluviais, não pertencentes à União.
- c) Os recursos minerais, exceto os do subsolo, que são de propriedade da União.
- d) Os potenciais de energia hidráulica localizados em seu território.
- e) As águas emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras da União ou dos Municípios.

27. Três deputados federais e três senadores formularam requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar fatos relacionados à contratação de construtoras envolvidas em projetos de habitação popular. Apesar da oposição demonstrada pelo restante dos parlamentares federais, a comissão acabou sendo criada e, logo em seguida, foi decretada, por um dos senadores que a integravam, a interceptação telefônica de um dos investigados, fato que gerou indignação ainda maior por parte dos representantes do Poder Legislativo. Pode-se afirmar que, nessa situação:

- a) Assiste razão aos parlamentares que manifestaram descontentamento em relação à criação da CPI, que somente poderia ter sido feita pelo requerimento da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.
- b) As CPIs são criadas no âmbito da Câmara e do Senado, separadamente, sendo vedada a criação de comissões mistas dessa natureza.
- c) A criação da CPI deve observar o princípio que garante a representação das minorias, não sendo, portanto, permitido aos demais parlamentares se opor à sua instituição.
- d) Tanto a criação da CPI, que não poderia ter sido feita mediante requerimento de apenas seis parlamentares, quanto a decretação da interceptação telefônica, são inconstitucionais.
- e) A decretação da medida extrapolou os poderes conferidos pela Carta Constitucional às CPIs, que, embora disponham de poderes próprios das autoridades judiciais, não estão autorizadas à decretação de quebras de sigilo de qualquer espécie.

28. Norival é brasileiro naturalizado, mas mudou-se para o Canadá há dois anos, quando conheceu Jenny, cidadã canadense. Há dois meses, Jenny, grávida de Norival, veio sozinha para o Brasil para cumprir missão diplomática por determinação de seu país de origem e, nessa ocasião, deu à luz ao seu primeiro filho, Peter. Segundo a Constituição Federal, Peter será considerado:

- a) Brasileiro nato, desde que faça a opção confirmativa após atingida a maioridade.

- b) Estrangeiro, já que Norival é brasileiro naturalizado e Jenny aqui se encontrava em missão oficial do governo do Canadá.

- c) Brasileiro Nato, ainda que Jenny, por ocasião de seu nascimento, se encontrasse no Brasil a serviço de seu país de origem.

- d) Brasileiro naturalizado, caso sua mãe, ao retornar ao Canadá, venha a registrá-lo em repartição brasileira competente.

- e) Canadense, mas poderá solicitar a naturalização brasileira caso venha a residir no Brasil por 15 anos ininterruptos.

29. Rosene foi aprovada em concurso público para exercer cargo de provimento efetivo na justiça estadual. Ao tomar conhecimento da posterior nomeação por meio do Diário Oficial, sua prima Rosília, que já era servidora do mesmo órgão e atualmente exerce a função de diretora da vara onde atua, decide designar Rosene para o exercício de função de confiança na mesma unidade judiciária. Considerando o que entende a jurisprudência e o que dispõe a CF/88 a esse respeito, assinale a afirmativa verdadeira:

- a) A designação da prima, por parte de Rosília, para o exercício de função de confiança, caracteriza nepotismo.

- b) Rosene poderá exercer a função de confiança mencionada, ainda que na mesma vara judicial de Rosília, sem que reste caracterizado o nepotismo.

- c) O nepotismo, no caso, apenas estaria configurado caso Rosene não tivesse prestado concurso público.

- d) Caso se tratasse de cargo em comissão, a nomeação de Rosene não seria permitida, mas a função de confiança, que pressupõe a nomeação para cargo efetivo, não possui qualquer restrição.

- e) Rosene poderá exercer a função de confiança, desde que não exerça atribuições de chefia na vara para a qual foi designada.

30. Analise as disposições abaixo:

- (I). Seis de seus assentos são privativos de brasileiros natos.
- (II). Participam de sua composição os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- (III). Participa de sua composição o líder da minoria na Câmara dos Deputados.
- (IV). Participa de sua composição o Presidente do Senado.
- (V). Entre suas competências, encontra-se a de opinar sobre a decretação do estado de defesa.

São características comuns ao Conselho da República e ao Conselho de Defesa Nacional o que foi mencionado em:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e V, apenas.
- d) I, III e V.
- e) IV e V, apenas.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

31. Serena, brasileira, subtraiu a bolsa de Giuliana, italiana, quando ambas se encontravam em um trem na cidade de Florença (Itália), com destino a Nápoles (Itália), praticando conduta tipificada no Brasil como furto (reclusão de 01 a 04 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade ativa
- b) será aplicável a lei penal brasileira, se preenchidas as condições legais, pelo princípio da nacionalidade passiva
- c) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, ainda que Serena seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da defesa ou proteção, ainda que Serena seja absolvida ou condenada no estrangeiro
- e) não será possível a aplicação da lei penal brasileira

32. José praticou crime de extorsão (pena: reclusão de 04 a 10 anos e multa), tendo sido denunciado pelo Ministério Público pelo referido crime. Posteriormente, sobreveio nova lei penal diminuindo a pena relativa ao crime de extorsão.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) a nova lei penal será aplicável ao caso, desde que não tenha havido sentença em primeira instância
- b) a nova lei penal será aplicável ao caso, ainda que já tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado
- c) a nova lei penal será aplicável ao caso, desde que não tenha havido o trânsito em julgado
- d) a nova lei penal será aplicável ao caso somente se houver previsão expressa na própria lei
- e) a nova lei penal não será aplicável ao caso

33. Lucas, desejando brincar com seu filho Mateus, balançou a criança, de apenas 03 anos, em um balanço localizado no parquinho do prédio onde a família residia. Mesmo alertado por sua esposa quanto ao risco de a criança cair e se machucar, Lucas continuou a empurrar o filho no balanço, acreditando que nada aconteceria, eis que tinha muita habilidade em tal tipo de brincadeira, pois possui 08 filhos. Em dado momento, Lucas empurra forte demais o balanço e Mateus acaba caindo, vindo a se machucar.

Nesse caso, quanto ao elemento subjetivo, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto de primeiro grau
- b) dolo direto de segundo grau
- c) dolo eventual
- d) culpa inconsciente
- e) culpa consciente

34. Onofre, Oficial de Justiça, dirigiu-se à casa de Maria, com vistas ao cumprimento de mandado de reintegração de posse. Lá chegando, Onofre anunciou a diligência, leu o mandado e solicitou a abertura da porta. Maria se recusou a cooperar, e então o Oficial de Justiça, com auxílio de força policial, arrombou a porta, entrou na casa e procedeu à reintegração de posse, colocando os pertences de Maria do lado de fora.

Nesse caso, o Oficial de Justiça não praticou crime, em razão:

- a) da exclusão da ilicitude, pelo estado de necessidade
- b) da exclusão da ilicitude, pelo exercício regular de direito
- c) da exclusão da ilicitude, pelo estrito cumprimento do dever legal
- d) da exclusão da culpabilidade, pelo exercício regular de direito
- e) da exclusão da culpabilidade, pelo estrito cumprimento do dever legal

35. Pedro e Paulo, amigos de longa data, fizeram uma viagem juntos, com destino à cidade de Florianópolis-SC. Lá chegando, foram a uma boate e acabaram se embriagando: Pedro se embriagou dolosamente, eis que desejava comemorar a bela viagem realizada e a vitória de seu time de futebol; Paulo acabou se embriagando pela imprudência na ingestão do álcool, embora essa não fosse sua intenção. Já embriagados, Pedro e Paulo discutem com um dos seguranças e acabam por agredi-lo, com socos e pontapés.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Pedro e Paulo são isentos de pena
- b) Pedro é isento de pena, mas Paulo deverá responder pelo crime praticado
- c) Paulo é isento de pena, mas Pedro deverá responder pelo crime praticado
- d) Não há isenção de pena em relação a qualquer dos agentes, eis que a embriaguez jamais afasta a culpabilidade
- e) Não há isenção de pena em relação a qualquer dos agentes, eis que somente a embriaguez acidental completa isenta de pena

36. Acerca do concurso de pessoas, assinale a alternativa correta:

- a) A participação inócua não é punível
- b) A participação de menor importância gera redução de pena de um terço a dois terços
- c) As condições e circunstâncias de caráter pessoal nunca se comunicam entre os agentes
- d) Pela teoria monista, todos os agentes devem responder pelo mesmo crime, com penas idênticas para todos
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a se consumir.

37. José, visando ofender seu desafeto Pedro, desferiu um leve tapa no rosto da vítima, de forma a constrangê-la na frente das demais pessoas, humilhando-a.

Nesse caso, é correto afirmar que José praticou:

- a) Lesão corporal leve
- b) Lesão corporal privilegiada
- c) Injúria simples
- d) Injúria real
- e) Fato atípico

38. Marcos, bacharel em Direito, dirigiu-se até o fórum central da sua cidade e, fingindo-se passar por técnico judiciário, conseguiu entrar em uma das Varas Cíveis, oportunidade na qual começou a atender diversos advogados, prestar informações e, em dado momento, solicitou R\$ 200,00 ao advogado Pedro, a fim de retardar o andamento de determinado processo no qual Pedro era advogado. O advogado pagou os valores solicitados.

Nesse caso, é correto afirmar que Marcos praticou crime de:

- a) Estelionato
- b) Corrupção passiva
- c) Usurpação de função pública qualificada
- d) Usurpação de função pública simples
- e) Falsa identidade

39. Tiago, buscando aumentar seu poder aquisitivo, encontrou na *deep web* um anúncio em que uma pessoa, desconhecida, vendia um lote de 50 notas de R\$ 100,00 falsas, pelo valor de R\$ 900,00. Imaginando poder lucrar até R\$ 4.100,00 reais, Tiago adquiriu as notas, tendo-as recebido em sua casa, pelos correios. Antes, porém, de conseguir utilizar as cédulas, Tiago foi preso em flagrante por agentes policiais, que rastream a encomenda pelos correios.

Nesse caso, é correto afirmar que Tiago:

- a) Não praticou crime, pois não falsificou qualquer cédula
- b) Não praticou crime, pois não conseguiu introduzir as cédulas em circulação
- c) Praticou crime de moeda falsa em sua forma simples
- d) Praticou crime de moeda falsa em sua forma privilegiada
- e) Praticou crime de moeda falsa em sua forma equiparada

40. Jonas, servidor público lotado no TJRJ, tirou proveito de seu prestígio como servidor para patrocinar interesse privado alheio perante a administração, requerendo andamento processual privilegiado para determinado processo em que seu irmão era autor.

Nesse caso, é correto afirmar que Jonas:

- a) Não praticou crime, embora possa configurar falta funcional
- b) Praticou crime de advocacia administrativa
- c) Praticou crime de fraude processual
- d) Praticou crime de corrupção passiva privilegiada
- e) Praticou crime de tráfico de influência

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

41. Relativamente ao tema ação penal, analise as afirmativas a seguir:

- I- A denúncia ou queixa será rejeitada quando faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- II- O perdão independe de aceitação do querelado, tácita ou expressa.
- III- A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- IV- Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

Está correto o que se afirma nas hipóteses:

- a) I e III.
- b) I, II, e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV
- e) I e IV.

42. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que não consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

43. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar que o

- a) acusado, ainda que seja revel, não pode constituir advogado da sua confiança para atuar no processo.
- b) se o acusado for advogado e estiver foragido, poderá ser processado e julgado sem defensor.
- c) a constituição do defensor só poderá ser feita por instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- d) não poderá funcionar como defensor o parente do juiz, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) acusado deverá ser defendido por advogado, ainda que tenha habilitação e deseje atuar em causa própria.

44. A autoridade policial da 2ª Delegacia de Polícia de São Caetano do Sul-SP, durante as investigações de um crime de receptação qualificada (Art. 180, §1º do CP), representa pela decretação da prisão temporária do indiciado Juliano, tendo em vista que a medida seria imprescindível para a continuidade das investigações. Os autos são encaminhados ao Ministério Público do Estado de São Paulo, que se manifesta favoravelmente à representação da autoridade policial. Por sua vez, o magistrado, ao receber o procedimento, decreta a prisão temporária pelo prazo de 5 dias, ressaltando que a lei admite a prorrogação do prazo de 05 dias por igual período. Fez o magistrado constar, ainda, que Juliano não poderia permanecer acautelado junto com outros detentos que estavam presos em razão de preventivas decretadas. Considerando apenas as informações narradas, o advogado de Juliano, ao ser constituído, deverá alegar que

- a) o prazo fixado para a prisão temporária de Juliano é ilegal, pois deveria ter sido decretada por 30 dias.
- b) a decisão do magistrado de determinar que Juliano ficasse separado dos demais detentos é ilegal.
- c) a prisão temporária decretada é ilegal, tendo em vista que receptação qualificada não está prevista no rol dos crimes hediondos e nem naquele que admite a decretação dessa espécie de prisão.

d) a decretação da prisão foi legal, pelo fato de não ter sido decretada de ofício pelo Magistrado.

e) a prisão é legal, mas o prazo é ilegal, vez que deveria ser determinado desde o início o prazo de 10 dias, já que admite prorrogação.

45. Em relação à fiança, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A fiança tomada por termo obrigará o afofiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como quebrada.

b) Entender-se-á perdido, na totalidade, o valor da fiança, se, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo.

c) A fiança será quebrada quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.

d) Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança.

e) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a con-ceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

46. Sobre a prisão preventiva é correto afirmar que:

a) é admitida nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima igual ou superior a 4 (quatro) anos.

b) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

c) O juiz poderá, de ofício ou a pedido das partes, revogar a prisão preventiva.

- d) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- e) A decisão que decretar e substituir a prisão preventiva será sempre motivada e fundamentada, mas a que denega não precisa ser fundamentada pois favorece o acusado.

47. Sobre a sentença no Processo penal é correto afirmar:

- a) o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, pode atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- b) apenas com o trânsito em julgado de sentença absolutória é que o juiz deve ordenar a cessação das medidas cautelares e provisoriamente aplicadas.
- c) ocorrerá a *mutatio libelli* sem aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia, ainda que, em consequência, tenha de aplicar pena mais grave.
- d) é possível a aplicação da *mutatio libelli* pelo órgão de segunda instância.
- e) é denominada absolutória imprópria a sentença em que o juiz condena o acusado, impõe-lhe pena restritiva de direitos.

48. Caberá recurso em sentido estrito nas seguintes hipóteses:

- a) que não receber a denúncia ou a queixa; que concluir pela incompetência do juízo; que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.
- b) deferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante;
- c) que impronunciar o réu; que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade;
- d) que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade; que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor; não conceder liberdade provisória

- e) que aceitar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A desta Lei; que conceder ou negar a ordem de habeas corpus;

49. João foi denunciado e condenado pela prática do crime de furto qualificado à pena privativa de liberdade de 2 anos e 6 meses de reclusão. Inconformado com a pena aplicada e irrisolvido com respeitável decisão proferida pelo juiz sentenciante, o Acusado poderá por intermédio do seu advogado interpor o recurso de:

- a) apelação, no prazo de 5 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 8 dias.
- b) apelação, no prazo de 8 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 5 dias.
- c) apelação, no prazo de 10 dias.
- d) apelação, no prazo de 15 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

50. Sobre os Recursos e meios autônomos de impugnação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz, se julgar necessário, recebida a petição de habeas corpus e estiver preso o paciente, mandará que este lhe seja imediatamente apresentado em dia e hora que designar.
- b) O recurso cabível para a decisão que rejeita a denúncia é a apelação.
- c) Não cabe "habeas corpus" contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- d) Da decisão final do juízo de primeira instância que denega ordem de habeas corpus cabe Recurso em Sentido Estrito.
- e) O Habeas Corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, independentemente de capacidade postulatória, inclusive por Membro do Ministério Público.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

51. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e terá por objeto alguns atos. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) Pode ser concedido tratamento preferencial aos nacionais, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, em detrimento de estrangeiros.
- b) Na ausência de tratado do qual o Brasil seja signatário, a cooperação jurídica internacional não poderá ser efetivada.
- c) A homologação de sentença estrangeira independe de reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- d) Na ausência de designação específica, o Ministério das Relações Exteriores exercerá as funções de autoridade central.
- e) Não há qualquer vedação à prática de atos em se tratando de cooperação jurídica internacional.

52. Em observância ao princípio da boa-fé, o Código de Processo Civil prevê a responsabilização das partes por dano processual. Desse modo, pode-se afirmar que:

- a) Apenas autor e réu poderão ser responsabilizados por perdas e danos quando litigarem de má-fé.
- b) Não há litigância de má-fé quando a parte deduz pretensão ou defesa contra fato incontroverso por tratar-se de manifestação do princípio da ampla defesa.
- c) A alteração da verdade dos fatos constitui crime, punível conforme o Código Penal, mas não caracteriza litigância de má-fé.
- d) Caso a parte use do processo para conseguir objetivo ilegal, o juiz deverá adverti-la e concederá prazo razoável para que a petição inicial seja aditada ou seja alterado o pedido ou a causa de pedir.
- e) Há litigância de má-fé quando a parte provoca incidente manifestamente infundado, bem como quando procede de modo temerário em qualquer ato processual.

53. Considerando o disposto sobre a calendarização processual prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O calendário processual será estabelecido de comum acordo pelas partes, sem participação do juiz.
- b) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, quando for o caso.
- c) O calendário processual vinculará as partes e o juiz, sendo vedada a modificação dos prazos previstos.
- d) As partes deverão ser intimadas para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.
- e) Os prazos processuais previstos no calendário poderão ser modificados livremente.

54. Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre os prazos processuais, pode-se afirmar que:

- a) Se um ato processual for praticado antes do termo inicial do prazo, este será considerado intempestivo.
- b) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.
- c) Durante a suspensão do prazo processual, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública não exercerão suas atribuições em razão da não realização de audiências, nem sessões de julgamento.
- d) Não há qualquer óbice caso o juiz decida realizar audiências no período de suspensão dos prazos processuais, desde que justifique fundamentadamente.
- e) Na contagem de prazo legais ou judiciais, computar-se-ão somente os dias úteis. Tal regramento aplica-se aos prazos processuais e materiais.

55. A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível, e deverá constar da petição inicial ou da reconvenção. Assinale a alternativa em que o valor da causa apresentado está incorreto:

- a) Na ação de cobrança de dívida, o valor da causa corresponderá à soma monetariamente corrigida do principal, dos juros de mora vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data de propositura da ação.
- b) Em se tratando de ação que tenha por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato jurídico, o valor da causa será o valor do ato ou o de sua parte controvertida.
- c) Na ação de alimentos, o valor da causa corresponde à soma de 12 (doze) prestações mensais pedidas pelo autor.
- d) Em se tratando de ação indenizatória por danos morais, o autor poderá estipular qualquer valor à causa para fins meramente fiscais.
- e) Em caso de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor da causa corresponderá ao valor da avaliação da área ou do bem objeto do pedido.

56. De acordo com o Código de Processo Civil, não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que:

- a) limite-se à indicação de ato normativo, sem explicar efetivamente sua relação com a causa ou a questão decidida.
- b) utilizar conceitos jurídicos indeterminados, ainda que explicito o motivo concreto de sua incidência no caso.
- c) não enfrentar os principais argumentos deduzidos no processo e capazes, em tese, de infirmar a conclusão adotada pelo julgador.
- d) invocar precedente ou enunciado de súmula sem identificar seus fundamentos determinantes, ainda que demonstre que o caso *sub judice* se ajusta àqueles fundamentos.
- e) deixar de seguir precedente, enunciado de súmula ou jurisprudência invocada pela parte, mesmo que demonstre a superação do entendimento.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre os títulos executivos extrajudiciais e sua execução:

- a) apenas a decisão homologatória de autocomposição judicial caracteriza-se como título executivo judicial.
- b) a doutrina entende que a arbitragem não é jurisdição e, por isso, a sentença arbitral é considerada um título executivo extrajudicial.
- c) considera-se a sentença estrangeira como título executivo judicial apenas quando homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, exigindo-se, para o mesmo fim, que à decisão interlocutória estrangeira seja concedido o *exequatur*.
- d) os títulos executivos judiciais seguem, simplificada, o mesmo procedimento: após a sua formação no juízo cível, o executado será intimado o cumprimento de sentença.
- e) a autocomposição judicial não pode envolver sujeitos estranhos ao processo, nem versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.

58. O Código de Processo Civil disciplina o processamento e julgamento da ação de consignação em pagamento, deixando que o direito material verse apropriadamente sobre suas características. Em relação ao referido procedimento especial, pode-se afirmar:

- a) Admite-se a consignação de quantia ou de coisa devida, mas não é possível o ajuizamento da ação tendo obrigações de fazer ou não fazer como objeto.
- b) Em se tratando de obrigação em dinheiro, o valor poderá ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, citando-se o credor para manifestar-se em 15 (quinze) dias.
- c) A liberação da obrigação só ocorrerá mediante manifestação expressa do credor ou decisão judicial com trânsito em julgado.
- d) A consignação será requerida no lugar do pagamento ou no foro de domicílio do réu.
- e) No caso de prestações sucessivas, o credor deverá peticionar ao juízo requerendo a consignação a cada vencimento.

59. O Código de Processo Civil disciplina as ações de família, especialmente os processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação. Com base nas disposições legais, assinale a alternativa correta:

- a) Visando a solução consensual da controvérsia, o juiz deve valer-se do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento.
- b) A ação de alimentos e aquela que versar sobre interesse de criança ou de adolescente observarão capítulo específico do Código de Processo Civil.
- c) Iniciado o processo, não será admitida sua suspensão, ainda que visando a mediação extrajudicial ou o atendimento multidisciplinar.
- d) Poderão ser realizadas até duas sessões da audiência de mediação e conciliação visando a solução consensual.
- e) O Ministério Público intervirá em todas as ações de família, devendo ser ouvido previamente à homologação de acordo.

60. Os Tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Os juízes e os tribunais observarão, dentre outras hipóteses, as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, os enunciados de súmula vinculante e os acórdãos em incidente de assunção de competência.
- b) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula veda a participação de pessoas, órgãos ou entidades, ficando a decisão exclusivamente a cargo dos magistrados que compõem o Tribunal.
- c) Admite-se a modulação dos efeitos apenas quando houver mudança na jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, não alcançando os demais tribunais superiores.
- d) O Código de Processo Civil considera como julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de assunção de competência, incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos especial e extraordinário repetitivos.

e) O julgamento de casos repetitivos terá por objeto questão unicamente de direito material.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

61. Sobre os direitos da personalidade, é incorreto afirmar:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e o pseudônimo.
- b) O nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- c) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) É inexigível a autorização prévia para a publicação de biografias.

62. Têm domicílio necessário certas pessoas. É domicílio do:

- a) incapaz, o de seus pais.
- b) militar, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- c) servidor público, o lugar em que toma posse.
- d) preso, o lugar em que for preso.
- e) marítimo, onde o navio estiver matriculado.

63. “Decorrido ___ ano(s) da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando ___ ano(s), poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão”. A alternativa que preenche corretamente as lacunas é:

- a) dois; quatro.
- b) dois; três.
- c) um; quatro.
- d) um; três.
- e) um; cinco.

64. A fundação não poderá constituir-se para fins de:

- a) habitação de interesse social.
- b) assistência social.
- c) modernização de sistemas de gestão.
- d) promoção dos direitos humanos.
- e) atividades religiosas.

65. A pretensão do beneficiário contra o segurador, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório, é de:

- a) um ano.
- b) dois anos.
- c) três anos.
- d) quatro anos.
- e) cinco anos.

66. Deixa de ser obrigatória a proposta:

- a) se, feita sem prazo por telefone, não foi aceita em tempo razoável.
- b) se, feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido tempo suficiente para o proponente enviar a resposta.
- c) se, antes dela chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.
- d) se simultaneamente a ela, tiver decorrido tempo suficiente para o proponente enviar a resposta.
- e) se, feita a pessoa ausente, não tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

67. É subjetiva a responsabilidade:

- a) dos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.
- b) dos donos de hotéis, pelos seus hóspedes.
- c) do tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.
- d) do empregador, por seus empregados, no exercício do trabalho que lhes competir.
- e) do agente público, pelo dano que causar no cumprimento de um dever legalmente reconhecido.

68. Não é direito real:

- a) o penhor.
- b) o direito do promitente comprador do imóvel.
- c) o direito de preferencia do locatário.
- d) concessão de uso especial para fins de moradia.
- e) a laje.

69. Podem casar-se entre si:

- a) os avós e netos.
- b) a ex-esposa do divorciado com o filho deste.
- c) os pais do ex-cônjuge com o filho deste.
- d) o adotante com o ex-cônjuge do adotado.
- e) os filhos de diferentes colaterais de segundo grau.

70. Pode ser confirmado o seguinte negócio:

- a) o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- b) o registro civil do casamento religioso se, antes dele, qualquer dos consorciados houver contraído com outrem casamento civil.
- c) o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública.
- d) o contrato para garantia de risco proveniente de ato doloso do representante do segurado.
- e) a doação celebrada pela pessoa com deficiência mental grave.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-Tribunais-Analista-12-09-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>